



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

ESPAÇOS SIMBÓLICOS E DISPOSITIVOS DE FECHAMENTO NA ARQUITETURA – O CASO DO ILÈ MARÒIALÁJI.

SOANE BARBOSA PEREIRA MENEZES¹

Resumo: O Presente artigo analisa os espaços simbólicos e acesso nos Terreiros de Candomblé, nomeadamente no que concerne às ações do Ilê Maròialáji, conhecido como Terreiro do Alaketu, situado em Salvador–BA. Trata-se da análise das ações desenvolvidas e utilizadas pelo povo de Santo, para garantir a defesa de seu território. O enfoque nobre a relevância da preservação da espacialidade, para o povo de santo, sujeitos cognoscivos que trazem em si o entendimento de que é necessário “conhecer para preservar” as espacialidades concomitantes com as práticas e os rituais. Nessa relação, os sujeitos que conhecem, povo de santo, evidenciam o alargamento, a ampliação do lema “Conhecer para preservar” as relações existentes entre os de dentro do Terreiro “da porteira para dentro” e o reflexo entre essas relações com os de “fora”, com a espacialidade e com o princípio da noção de autoridade, estabelecida entre os de “dentro” e os de “fora”. Associando ao conceito de Norbert Elias “*Os Estabelecidos e os Outsiders / os de dentro e os de fora*”. O objetivo deste estudo concentrado no “espaço e tempo do Ilê Maròialáji”, é evidenciar a arquitetura, aqui retratada, enquanto um conjunto de relações do lugar, de composição de elementos. A ancestralidade de seus templos impregna o ambiente, a comunidade e o espaço se produzem comitantemente, tratam as relações dos objetos com o espaço, o lugar, os rituais e aos membros que deles fazem uso, tecendo relações de identidade e de pertencimento. Para realização deste estudo será utilizada a observação participante e o uso da História Oral. Registro do dinamismo a partir das recriações da estrutura física do Terreiro de Candomblé citado e os aspectos arquitetônicos conservados ao longo dos anos pelo povo de santo. Aliada a essas questões expõem-se dois eixos de análise no Terreiro: o espaço simbólico e os dispositivos de fechamento na arquitetura onde será possível estabelecer um diálogo entre a Segurança/Insegurança e a Arquitetura.

Palavras-Chave: Arquitetura, Terreiros de Candomblé, Espaços Simbólicos, Dispositivos de Fechamento na Arquitetura, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A diáspora africana proveniente da imigração forçada, para fins escravagistas mercantis legou ao Brasil, uma configuração cultural-religiosa rica em práticas, ritos, sons, cantos e danças, facilmente percebidas. Com mais de duzentos milhões de afrodescendentes só nas Américas a diáspora africana reconfigurou toda a história do Ocidente, com um legado manancial de formas e modos. No tráfico as pessoas chegavam apenas com a “bagagem” de informações na mente e no corpo e foram capazes de recriar culturas negras nas Américas. Deslocada para outra realidade cultural, tendo que se adaptar a um novo mundo.

¹ Soane Barbosa Pereira Menezes/ Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal da Bahia/ Mestranda - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/ email: soanebarbosa@gmail.com.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Na África o candomblé tinha uma conotação mais familiar e os deuses eram cultuados no seio de cada família. Havia também deuses patronos de cidades e vilas pequenas. A estrutura do terreiro (na Bahia), onde todos os deuses são cultuados juntos reconfigurou a antiga estrutura social reinante na África². Nesse contexto cada escravo trouxe consigo, como indivíduo, o seu Deus (cultuado na família ou na cidade) e os seus valores culturais, a depender do país de origem (Nigéria: povo Yorùbá; Benin: povo Jèje; Angola e Moçambique: povo Bantu). O terreiro de Candomblé³ reagrupou esses deuses e garantiu a preservação da herança cultural africana. Desta forma incluem variações de diferentes grupos culturais vindos da África, destacando-se três nações: Negros Fon: nação Jèje, Negros *Nàgôs*⁴ - Iorubás: nação Kêto e Negros *Bantus*: nação Angola. A palavra nação⁵ é usada no candomblé para distinguir seus segmentos, diferenciados

² “A diferença entre as cerimônias para os orixás na África e no Novo Mundo decorre, sobretudo, de que, na primeira, evoca-se um só orixá durante uma festa celebrada em um templo reservado para ele, enquanto no Novo Mundo vários orixás são chamados em um mesmo terreiro durante uma mesma festa. E ainda na África tal cerimônia é celebrada geralmente pela coletividade familiar e um só elégùn é normalmente possuído. No Novo Mundo, não existindo essa coletividade familiar, o orixá tomou um caráter individual e acontece que, durante uma mesma festa, vários “iaôs” são possuídos pelo mesmo orixá, para a satisfação própria e a de todos aqueles que cultuam esse orixá”. (VERGER, 2002, p.74).

³ “Termo que primitivamente significava dança e instrumento de música e, por extensão, passou a designar a própria cerimônia religiosa dos negros.” (RAMOS, 1954, p.359).

“Nome dado na Bahia às cerimônias africanas.” (VERGER, 1957, p.19).

“O lugar em que os negros da Bahia realizam as suas características festas religiosas[...]” (BASTIDE, 1978, p. 35).

“O termo candomblé, usado para designar os grupos religiosos caracterizados por uma sistema de crenças em divindades chamadas de santos ou orixás e associadas ao fenômeno da possessão ou transe místico”. (COSTA, 1959, pg. 66).

“O candomblé pode ser considerado como um microcosmo aglutinador de experiências religiosas, de manifestações do sagrado através de suas representações simbólicas, de seus orixás, seus voduns, seus caboclos”. (BRAGA, 1990, p.14).

⁴ “*Nàgôs* - grupos oriundos de parte do Daomé e do Sudoeste da Nigéria, de uma vasta região que se convencionou chamar de *Yoru baland*, são conhecidos no Brasil sob o nome genérico de *Nàgô*, portadores de uma tradição cuja riqueza deriva das culturas individuais dos diferentes reinos de onde eles se originaram. Os *Kêtu*, *Sabe*, *Oyó*, *Egbá*, *Egbado*, *Ilesa*, *Ijebu* importaram para o Brasil seus costumes, suas estruturas hierárquicas, seus conceitos filosóficos e estéticos, sua língua, sua música, sua literatura oral e mitológica. E, sobretudo, trouxeram para o Brasil sua religião.

Da mesma forma que a palavra Yoruba na Nigéria, ou a palavra Lucumi em Cuba, o termo *Nagô* no Brasil acabou por ser aplicado coletivamente a todos esses grupos vinculados por uma língua comum - com variantes dialetais. Do mesmo modo que em suas regiões de origem todos se consideram descendentes de um único progenitor mitológico, *Odùduwà*, emigrantes de um mítico lugar de origem, *Ilê Ifé*”. (SANTOS, 1998, p. 29).

⁵ Nação de candomblé é definida por Vivaldo da Costa Lima como: “[...] padrão ideológico e ritual dos terreiros de candomblé da Bahia.” (Lima, 1977, p.21). Assim as quatro nações básicas do candomblé na Bahia são: Ketu (origem nagô); Ijexá (origem nagô); Angola (origem bantu); Jêje (origem daomeniana). Elas podem ser diferenciadas pela maneira de tocar os atabaques (com as mãos ou varetas), pelos



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

pelo dialeto utilizado nos rituais, o toque dos atabaques, a liturgia. A nação também indica a procedência dos escravos que lhes deram origem na nova terra e das divindades por eles cultuadas. Desta forma precisam ser tratados em seus respectivos sistemas culturais, em suas dinâmicas próprias, específicas e particulares.

Importantes elementos de resistência cultural africana e referências arquitetônicas que resguardam informações desde a sua fundação. Esses terreiros vêm a ser grandes símbolos de monumentos que marcam, na memória nacional, a forte presença de povos *fon*, *yòrubás* e *bantus*, a quem deve o Brasil muito de sua formação. É sobre a observação dos espaços simbólicos, com sua proteção ancestral divinizada e acessos e limites no terreiro e dispositivos de fechamento utilizados na arquitetura para prevenção contra questão fundiária, roubos e furtos e intolerância religiosa de um terreiro de candomblé que esta pesquisa se desenvolverá, sendo o objeto de estudo um dos representantes da nação Kêto em Salvador o Ilè Maròiláji / Terreiro do Alaketu.

1.1 ILÈ MARÒIALAJI / TERREIRO DO ALAKETU

O Terreiro do Alaketu é de nação Kêto, tem como patrono divino o orixá *Oxóssi*. Ao orixá *Xangô* é atribuído à regência da cumeeira do Templo principal e a *Oxumarê*, é atribuído à compra das escravas gêmeas, que a *posteriori* uma delas seria a liderança de fundação do terreiro. Atualmente é liderado por Jocelina Barbosa Bispo (Mãe Jojó). Uma das tradições orais da casa remonta a fundação do Alaketu em 1636 e sustenta que o terreiro teria sido fundado por uma africana chamada *Otampê Ojaró*, filha da família real do reino de Kêto; ainda criança, *Otampê Ojaró* teria sido raptada, junto com uma irmã gêmea, pelos daomeanos e vendida para traficantes de escravos. No Brasil, recebeu o nome de Maria do Rosário Francisca Regis. Após sua liberdade, teria voltado para a África, lá casando com um homem chamado *Babá Laji*, com quem retornou à Bahia e fundou o terreiro.

idiomas utilizados nos cânticos, pela música e ritmo, pelas vestes litúrgicas, aspectos dos rituais, pelos nomes das divindades, etc...



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Figura 01 – Interior do Barracão – Templo Principal.



Fonte: Acervo do Terreiro do Alaketu, 2019.

O indício documental mais forte para sugerir o funcionamento do Alaketu compreende um período entre 1830 e 1850. Trata-se da pesquisa de Lisa Castillo⁶, sobre a história e genealogia dos fundadores do Alaketu. Localizado na Rua Professor Luís Anselmo, Beco do Alaketo, 13 – Matatu de Brotas. (Ver figura 04). Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2005.

A comunidade de Terreiro é reconhecida entre uma das mais antigas do Brasil tendo seus registros históricos relativos a seus dirigentes desde 1789, onde podemos encontrar referências em navios negreiros, registros de viagens, registros de casamentos, batismos e óbitos, sendo comprovada sua existência secular, por historiadores especialistas na temática religiosa. Na Bahia, no início do século XX, os terreiros dedicados aos cultos dos orixás eram frequentemente instalados longe do centro da

⁶ CASTILLO, Lisa Earl. O Terreiro do Alaketu e seus fundadores: História e genealogia familiar, 1807 – 1867. Afro-Ásia, 43 (2011), 213-259.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

cidade. Com o crescimento da população e a extensão tomada pelos novos bairros, eles progressivamente encontraram-se incluídos na zona urbana.⁷

Figura 02 – Localização do imóvel (Terreiro do Alaketu).



Fonte: Google Maps, 2019.

A ancestralidade de seus templos impregna o ambiente, a comunidade e o espaço se produzem comitantemente, tratam as relações dos objetos com o espaço, o lugar, os rituais e aos membros que deles fazem uso, tecendo relações de identidade e de pertencimento. Para realização deste estudo será utilizada a observação participante e o uso da História Oral. Registro do dinamismo a partir das recriações da estrutura física do Terreiro de Candomblé citado e os aspectos arquitetônicos utilizados pelo povo de santo para expor dois eixos de análise no Terreiro: o espaço simbólico e os dispositivos de fechamento na arquitetura onde será possível estabelecer um diálogo entre Segurança/Insegurança e Arquitetura.

⁷ VERGER, Pierre Fatumbi; tradução Maria Aparecida da Nóbrega. - 6^o ed. Orixás deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Ed. Corrupio, 2002, p.70.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

2 ESPAÇOS SIMBÓLICOS

2.1 PROTEÇÃO ANCESTRAL DIVINIZADA

A proteção ancestral divinizada nos Terreiros de nação iorubá, na porteira, é atribuída ao orixá Exu guardião das aldeias, cidades, casas e do axé, das coisas que são feitas e do comportamento humano. Exú é o orixá do movimento. Ele é quem deve receber as oferendas em primeiro lugar a fim de assegurar que tudo ocorra bem e de garantir que sua função de mensageiro entre o Orun (o mundo espiritual) e o Aiyê (o mundo material) seja plenamente realizada. Encontra-se situado numa casinhola perto da porta de entrada principal, é de certo modo o porteiro do local.

Ultrapassado o portão de entrada principal atribui-se a proteção aos Orixás patronos da casa, bem como aos Ilê Orixás, ou casa das divindades, vinculados a cada divindade do Terreiro em questão, em seus lugares próprios, fontes, matas ou edificações.

2.2 ACESSOS E LIMITES NO TERREIRO

O Candomblé é uma forma de culto extremamente hierárquica e impregnada de códigos de condutas simbólicos determinados pelas divindades regentes de cada casa e pelos dirigentes eleitos pelos ancestrais. Logo cada casa segue seu código de conduta.

Acessos restritos aos integrantes da comunidade, acesso livre a todos e acesso permitido apenas a alguns integrantes da comunidade além dos orixás. Sempre com a permissão das lideranças escolhidas pelos orixás e dos orixás.

As relações hierárquicas litúrgicas e de gênero entre os membros de culto, se especializam no espaço.

Legenda: Esquema de Acessos

3. DISPOSITIVOS DE FECHAMENTO NA ARQUITETURA



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

3.1 QUESTÃO FUNDIÁRIA

O período de maior perseguição ao Candomblé e de todas as manifestações afro-brasileiras (samba de roda, batuques, capoeira, maculelê, os caretas de carnaval...) pela polícia se deu entre 1920 e 1940. Nessa época foram utilizadas várias estratégias, e discursos pelo aparelho de estado para agenciar, dominar e eliminar o Candomblé de uma sociedade que se queria branca, ocidental nos moldes europeus, pretendendo eliminar todos os vestígios de uma civilização africana que abrangia e minava as bases da sociedade mais ampla, no âmbito do discurso civilizador.

Para tanto foram criados no início do século XX legislações vigentes que enquadravam o Candomblé como folclore, não como religião, e todas as atividades folclóricas para serem realizadas na cidade tinham que pagar taxas, o que asfixiava os terreiros, que passaram a ser rigorosamente vigiados e punidos caso desobedecessem, caso não pagassem as taxas. As investidas policiais dos anos de 1920 e 1930, com uma repressão ostensiva, foram substituídas nos anos de 1940 e 1950 por mecanismos mais “sutis”, mas tão eficientes quanto antes, com o objetivo de disciplinar e controlar os terreiros de Candomblé, que passaram a ser vigiados e punidos ao infringir as leis.

Tiveram que criar diversos mecanismos de proteção por sua eterna posição histórica de subjugados, e continuam nesta posição, mas agora é muito mais perigosa, por que ela se dá de forma velada e sutil através das políticas culturais.

Reflexo na maioria dos terreiros que tiveram uma parcela de seu território perdida para vizinhança, que dela se apropriou para moradia. Desterritorialização no Terreiro do Alaketu, não foi diferente dos outros terreiros, tiveram que erguer muros para demarcar territórios. Marcados pela proximidade com edificações vizinhas, incêndio para invasão do terreno e limites (fechamento) estabelecidos na frente e lateral pelas edificações vizinhas. Nos fundos pelo muro.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

3.2 ROUBOS E FURTOS

Os portões, travas e grades metálicas também são utilizados como dispositivos de fechamento contra roubos e furtos desde fins de 1970, associados as portas e janelas, em sua maioria, a exceção dos Ilê Orixás.

3.3 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A intolerância religiosa é inaceitável não só sob a ótica da preservação, mas é inaceitável também sob a ótica das relações humanas e vai de encontro com a Constituição.

Início de 2019 registrou aumento de intolerância religiosa na Bahia. Acredita-se que o número seja consequência do cenário atual, que é um momento de acirramento, de crise política e econômica. Percebe-se que existe um número maior de intolerância religiosa, sempre vinculada às religiões de matriz africana. Esses casos envolvem depredação, incêndio, apedrejamento, pichações e invasões.

O terreiro do Alaketu apenas sofre apenas com a questão de incêndio com criação de alternativas para combater a intolerância.

4 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que o Terreiro de Candomblé sempre foi um espaço defensivo (seria esse espaço defensivo, a nova ordem espacial?) sempre foi, antes procuravam se alojar em espaços mais distantes e que dificultassem o acesso da polícia, atualmente como defesa do território e proteção das pessoas e patrimônio.

Não foi pensado de acordo com teorias de planejamento para segurança mas estão tendo que se adequar com criatividade e baixo investimento financeiro a esta realidade. O sentimento de pertença da comunidade vizinha também é importante e reforça a segurança do local. A marcação territorial-territorialidade designada pelo povo de Santo



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

reforça uma das quatro premissas de planejamento urbano, para garantia da segurança, desenvolvida por *Oscar Newman* para o “*O Espaço Defensável*”.

No intuito de repelir os indesejáveis, no período de grandes repressões policiais, no qual o batuque era considerado vandalismo. Os integrantes dos terreiros tiveram que buscar territórios mais distantes de forma a garantir e dar mais segurança do seu povo e de suas práticas. Foi uma forma de repelir. Atualmente essa configuração permanece na forma que a sociedade comprime o espaço e o grito do povo de santo esbarra em um discurso de falta de regularização de posse da terra e importância por parte do poder público, com algumas exceções.

O que vai de encontro ao pensamento do povo de Terreiro, que sempre pensou em agregar. A exemplo das grades metálicas colocadas à meia altura de forma a não impedir a visão dos integrantes da Comunidade vizinha as obrigações públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **O Patrimônio Cultural dos Templos Afro-Brasileiros**. Salvador: Editora Oiti, 2011.

_____. **Salvaguarda do Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro**. Salvador: Caderno nº 1 IPAC, Transcrição Ilustrada do debate com Márcia Sant’Anna e Fábio Velame / UFBA, 2013.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRAGA, Júlio. **Ancestralidade Afro-Brasileira: o culto de babá Egum**. 2ª ed. – Salvador: EDUFBA, 1995.

CARNEIRO, Edson. **Candomblés da Bahia**. 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

CASTILLO, Lisa Earl. **O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867**, Afro-Ásia, 43 (2011), 213-259.

COSTA LIMA, Vivaldo. **O Conceito de Nação nos Candomblés da Bahia**, Salvador: Afro-Ásia - UFBA, 1976.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.: **Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**, Rio de Janeiro, Zahar 2000

IPHAN. Processos de Tombamento dos Terreiros de Candomblé: Alaketu.
GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A. 1989.

LODY, Raul. **Espaço Orixá e Sociedade, Arquitetura e Liturgia do Candomblé**. Salvador: Ed. Ianamá, 1984.

NEWMAN, Oscar. **Creating defensible spaces**. dl: U.S. Department of Housing and Urban Development, 1996.

RÊGO, Jussara. **Territórios do Candomblé: A Desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador, Bahia**: IN, GEOTEXTOS: Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFBA, v.1, n.1 – (2005). Salvador, EDUFBA, 2005.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: A forma social negro-brasileira**, Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

VELAME, Fábio Macêdo. **Arquiteturas da Ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix**. 2012. 501 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2012.

VELAME, Fábio Macêdo. **A Arquitetura do Terreiro de Candomblé de Culto aos Egum: o Omo Ilê Aboulá - um templo da ancestralidade afro-brasileira**, 2007. Tese (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

EDUFBA. **Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador, BA: EDUFBA, 1995.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A Família-de-Santo nos Candomblés Jeje-Nagô da Bahia**. 2ª ed. – Salvador: Corrupio, 2003.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás, deuses iorubas na África e no Novo Mundo**. Salvador, BA: Corrupio, 1981.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.